

As **Áreas Verdes** no Plano de Melhoramentos de Campinas

Siomara Barbosa Stroppa de Lima

O desejo de progresso, estimulado pela crescente industrialização de Campinas, implica em uma total mudança na imagem cidadina a partir dos anos trinta do século XX. Um plano estratégico de transformação e controle do crescimento da cidade se sobrepõe às intervenções pontuais solicitadas pelos prefeitos ou sugeridas por vereadores e engenheiros da prefeitura; e o contato com os recentes "manuais práticos" de urbanização europeus e norte-americanos, bem como a consolidação da Escola Politécnica de São Paulo, elevando a nível nacional o nome de seus profissionais, farão com que os políticos campineiros desenvolvam formas de viabilizar o desenvolvimento urbanístico na cidade. Pautadas, sobretudo, nos problemas de circulação, as teorias urbanísticas do início do século XX se deterão nos espaços públicos: estradas, avenidas, ruas, praças e jardins, propondo mudanças profundas na estrutura e organização da cidade. Aliadas à circulação, as alterações na imagem urbana implicarão também em novas tipologias arquitetônicas e paisagísticas.

Lagoa do Taquaral



A elaboração de um plano de melhoramentos para Campinas, que culminou no Relatório do engenheiro arquiteto Francisco Prestes Maia em 1935, teve início anos antes com um discurso do vereador Waldemar Rangel Belfort de Mattos¹ em sessão da Câmara Municipal do dia 29 de maio de 1929, no qual apontava para a "necessidade de se elaborar um plano, de acordo com os preceitos do urbanismo, para a remodelação de Campinas"². Nessa ocasião, chega a fazer sérias críticas à cidade, descrevendo inclusive algumas praças e jardins, como o monumento a Carlos Gomes na praça Antônio Pompeu, que considerava mal localizado, e o gradil que o circundava sem "razão de ser". Já os postes, considerava-os bonitos e artísticos, mas o número excessivo sufocava a praça. Critica também os melhoramentos do Largo do Rosário (reforma de 1895), chamando de "ferrugento e anacrônico" o repuxo ali existente, e de "inadmissíveis" os bancos com anúncios de casas comerciais e "latas sarapintadas colocadas em volta das árvores antigas, imprestáveis e assimetricamente dispostas", as quais serviam apenas para encobrir as "feias fachadas dos prédios que circundam a praça". Suas críticas não se limitaram às praças centrais, pois o incomodava a cerca de arame que protegia as árvores em formação na praça Correia de Mello (local do Mercado Municipal - 1908), e, finalmente, diz que os poucos e parciais melhoramentos que se faziam seguiam os planos de engenheiros municipais, aos que embora tivessem boa vontade, faltava competência.³

Para assegurar os propósitos maiores de seu discurso, ele propõe um projeto de lei autorizando o prefeito a contratar um urbanista para organizar o "Plano de remodelação e expansão da cidade de Campinas" em sessão do dia 5 de junho de 1929 e, no dia 4 de setembro do mesmo ano, apresenta outro projeto que suspendia temporariamente as obras de melhoramentos na cidade, fossem elas alargamentos de ruas, reformas de praças e jardins, ereções de monumentos, etc., até que fosse aprovada pelo legislativo a planta definitiva da cidade (sendo elaborada por ordem do prefeito Orosimbo Maia). Como forma de garantir a contratação do engenheiro Anhaia Mello, justifica seu projeto de lei deixando claro que de nada adiantava iniciar novas obras visto que brevemente a cidade teria um projeto definitivo.⁴ No entanto, um parecer do engenheiro Carlos W. Stevenson decide arquivar o projeto em questão, sendo inúteis as tentativas do vereador Belfort de Mattos em sentido contrário.

No dia 22 de outubro de 1929, um ofício do Prefeito Orosimbo Maia à Câmara Municipal novamente apontava para a necessidade de elaborar-se um plano para a cidade.

"(...) Poderá parecer a muitos ser uma temeridade cogitar-se deste assumpto em occasião de tamanhas aperturas, de uma crise mundial, sem precedentes. Não há tal porém. Campinas, por sua administração, não pode descurar de um assumpto de tamanha relevância. Eu não penso positivamente em realizar tão grande e indispensável empreendimento. É cousa para levar dezenas de annos, ou séculos mesmo. O que eu desejo, Exmos Snrs. Vereadores, é organizar um plano para ir tendo execução paulatina, de accôrdo com os recursos da occasião.

É claro, é evidente que Campinas progride, com tendencia a ser uma grande cidade, talhada a ser um centro industrial privilegiado pela sua situação e vias de comunicação. Desde que seja concluido o grande reforço do abastecimento de águas em vias de execução, isso se evidenciará de modo positivo. Assim sendo, ella não póde permanecer com suas ruas estreitas, sem os indispensáveis logradouros públicos e outros melhoramentos de que se recente actualmente. É necessário, pois, uma deliberação a respeito do que solicitei pelo aludido officio."⁵

Segundo Antonio da Costa Santos, esse ofício provoca uma reação do vereador Belfort de Mattos, por serem suas as sugestões sobre a contratação de um urbanista e a nomeação de uma comissão de urbanismo. Assim, naquele ano, concluída a planta cadastral da cidade pelos engenheiros Jorge Macedo Vieira e Carl Alexander Oelsner, a qual deveria servir de base para os estudos urbanísticos, foram mantidos contatos com o engenheiro arquiteto Luiz de Anhaia Mello, professor de urbanismo da Escola Politécnica de São Paulo, visando a elaboração do plano de expansão para Campinas. Após visitar a cidade, o engenheiro apresenta uma proposta de honorários e envia um relatório com considerações gerais sobre o urbanismo e sobre a necessidade de elaboração de um "Master Plan", expondo todos os itens importantes a serem considerados em tal trabalho.

O engenheiro arquiteto Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello era professor, desde 1926, da disciplina Estética, Composição Geral e Urbanismo na Escola Politécnica de São Paulo, além de vice-diretor da mesma Escola desde 1928. Era também presidente do Instituto de Engenharia, e suas palestras sobre urbanismo eram publicadas pela Revista do Instituto de Engenharia, portanto, um nome extremamente conhecido e respeitado, sobretudo no estado de São Paulo.

Seu relatório para Campinas apresenta, em primeiro lugar, o que ele chamou de "bases fundamentais para a urbanização efetiva das cidades"⁶, que pressupunha a organização de uma Comissão do Plano da Cidade, a Comissão de Urbanismo, chamada muitas vezes de Comissão de Urbanistas, e a contratação de um Urbanista para consultor e orientador dos trabalhos da mesma. A Comissão e o Urbanista deveriam juntos formular as questões essenciais para a urbanização e iniciar uma campanha de divulgação, visando a aceitação pública, isto é, "vender a idéia ao público"; ao Urbanista cabia a organização do Master Plan e a elaboração de um Relatório final; à Comissão cabia acompanhar todo processo de formulação do plano e sua aplicação.



Luciano Avanzo

Em linhas gerais, o Master Plan deveria cumprir o seguinte roteiro: 1º - elaboração de um inquérito cívico, o "civic survey", devendo ser minucioso e completo; 2º - elaboração de uma planta cadastral da cidade e arredores, a qual já havia sido iniciada; o resultado do inquérito mais a planta cadastral serviriam de instrumentos para que Urbanista e Comissão pudessem prever a "cidade futura, higiênica, conveniente, bela". O plano completo, master plan, deveria conter o que estava determinado pelo Standard City Planning Act, uma lei federal norte-americana, que ele transcreve em seu relatório, deixando claro o conteúdo do plano urbanístico.

"Locação geral, caracter e extensão das ruas, viadutos, sub-ways, pontes, cursos d'água e suas margens, boulevards, avenidas, parques, playgrounds, praças, aeroportos e quaesquer outras vias publicas e espaços abertos; locação geral dos edificios publicos e de uso publico; locação geral e extensão de todos os serviços colletivos, de propriedade publica ou privada, sejam de agua, exgottos, drenagem, luz, força, transportes, comunicação e outros; a relocação, alargamento, abandono, mudança de uso e extensão de qualquer dos itens anteriores; um plano de 'zoning' para o controle da altura, ares, volume, locação e uso de todos os edificios, publicos ou particulares."⁷

Do relatório de Anhaia Mello, foram levadas adiante as recomendações de se criar uma Comissão de Urbanismo e contratar um Urbanista Consultor. A Comissão foi criada pelo Decreto nº 11 de 19 de fevereiro de 1931, composta de 16 membros, a começar pelo Prefeito Municipal e um representante de cada área a ser considerada pelo plano, como chefes, inspetores e superintendentes das companhias de estradas de ferro, transportes e telefonia, engenheiros chefes da prefeitura e representantes

da sociedade civil, tais como médicos, advogados, etc. O artigo 1º do Decreto criava a Comissão e detalhava o caráter do plano, os seguintes estipulavam o período de atuação da mesma (três anos), a não remuneração dos trabalhos e a regulamentação das ações através de um Regimento Interno.

"Artigo 1º - Fica creada a Comissão de Urbanistas, como órgão consultivo da Prefeitura Municipal, quanto ao plano de:

1º - Remodelação e Expansão da cidade;

2º - Abertura de ruas e avenidas, extensão e disposição das praças, jardins e parques, arborização, galerias, calçamento e tudo o mais que se relacione com a esthetica e hygiene da Cidade;

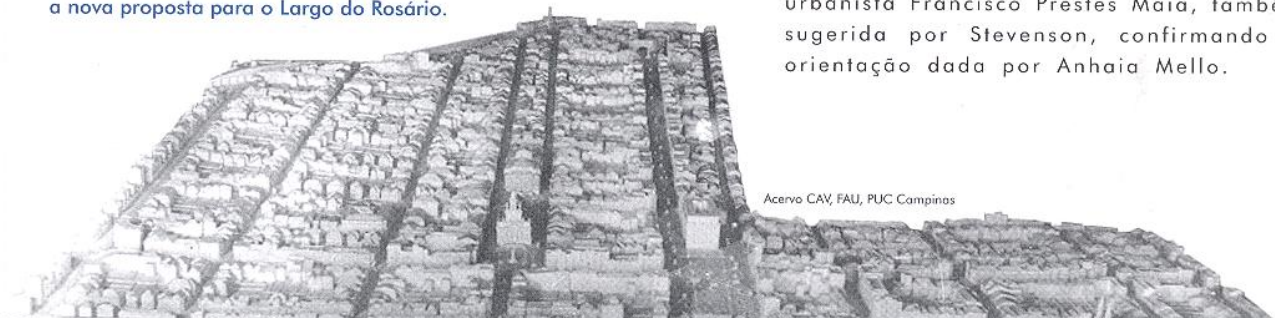
3º - Serviços de aguas e exgottos;

4º - Serviços de eletricidade, bondes, radio, telephone, etc."⁸

Ao observarmos o segundo item deste 1º artigo, constatamos a relevância das áreas verdes enquanto espaços públicos traduzidos em praças, jardins, parques e ruas arborizadas, bem como sua estreita relação com a estética e a higiene da cidade.

Em 1933, o antigo diretor da Repartição de Obras e Viação, engenheiro Perseu Leite de Barros, é nomeado prefeito da cidade e em seu Conselho Consultivo estava o também engenheiro Carlos William Stevenson⁹, o qual volta novamente ao assunto do Plano de Melhoramentos em uma conferência proferida no Rotary Club de Campinas, considerada um impulso para o desenvolvimento do Plano de Melhoramentos e marco na contratação do urbanista Francisco Prestes Maia, também sugerida por Stevenson, confirmando a orientação dada por Anhaia Mello.

Maquete do Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, 1935. Os dois edificios em destaque são: a Catedral à esquerda e o Fórum à direita, com a nova proposta para o Largo do Rosário.



"O contrato de um urbanista, a fim de colher e coordenar os dados e elementos necessários e orientar o traço da cidade, é medida que por si mesma justifica, como prudente e sensata, devendo ser talvez o primeiro passo objetivo, no caminho que urge trilhar."¹⁰

Certamente baseado na experiência de Prestes Maia através do Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo em 1930 e nas demais atividades de melhoramentos em andamento na cidade de São Paulo naquele momento, Carlos Stevenson aponta para a necessidade de seguir-se os mesmos passos. Em sua conferência, de grande valor teórico, o engenheiro apresenta de forma geral um plano viário para Campinas com a descrição de uma série de propostas para a alteração das principais ruas do centro, utilizando inclusive um mapa para exemplificar suas sugestões, segundo ele próprio, baseado no livro de Jean Raymond: *Guide Pratique de l'Urbaniste* (Paris, 1933) e que muito se aproximava do plano de Prestes Maia para a cidade de São Paulo, deixando também evidentes contatos anteriores entre ambos. Suas definições de Urbanista e da arte e ciência do Urbanismo têm como referência a cidade de São Paulo, a "desgraciosa capital paulista de outrora" que dentro de três décadas transformou-se inteiramente, pela "ação artística do urbanismo, a operar tal milagre".¹¹ Essa conferência, que parece ter sido solicitada para esclarecimentos sobre o assunto, soa como um desafio aos rotarianos e a todos os líderes da cidade.

A elite dominante, que se configurava também como elite intelectual, contava em seu meio com pessoas que haviam estudado fora do país ou que viajavam com frequência ao exterior, fazendo com que houvesse uma circulação de novas idéias e também uma importante circulação de profissionais que ora estavam em São Paulo, ora no Rio de Janeiro, ora em Campinas. Assim, o urba-

nismo se fazia conhecido e o trabalho dos urbanistas procurado e reconhecido. Nesse quadro, a forma que se desejava para a nova cidade nada tinha a ver com a cidade real, de ruas estreitas e edificações do século anterior. Vislumbravam-se amplas avenidas e prédios modernos surgindo dentro de um plano regulamentar concebido sob os preceitos modernos.

Em 1934, é contratado o engenheiro-arquiteto Francisco Prestes Maia¹² para elaborar o plano de urbanismo para a cidade, apresentado no ano seguinte em forma de um Relatório Preliminar. Num momento em que a cidade passava pela transição da economia cafeeira para uma economia predominantemente industrial, o Plano de Melhoramentos foi concretizado através de tal contratação, para que, como urbanista, formulasse "propostas que orientassem, segundo os modernos conceitos urbanísticos, novos rumos do crescimento da cidade."¹³

O Plano Preliminar elaborado pelo urbanista foi apresentado à Câmara Municipal de Campinas pelo prefeito João Alves dos Santos durante o exercício de 1935 e dedica um capítulo específico às áreas verdes, sobretudo aos Parques, e tem um papel determinante na inserção de novos modelos paisagísticos na cidade. Com base na experiência já desenvolvida em São Paulo, Prestes Maia traça para Campinas um plano similar (sendo o plano para Campinas mais sintético), e, embora não tenha dirigido pessoalmente sua implantação, os preceitos urbanísticos e propostas por ele desenvolvidas nortearam os "melhoramentos urbanos" da cidade por pelo menos três décadas.

Naquele mesmo ano, Prestes esboçou um programa de trabalho para nortear seus estudos e este foi transcrito pela Repartição de Obras e Viação como parte de um Relatório Parcial referente aos serviços executados em 1934. Tal esboço traz de maneira geral o caráter do plano da cidade, que ele afirma estar praticamente estandardizado nos países mais desenvolvidos, e para Campinas seria seguido o plano de Lanchester por ser considerado clássico. A maneira como ele inicia sua exposição e o reconhecimento em relação à iniciativa tomada pela municipalidade campineira demonstram o grande significado do Plano naquele momento, o qual sinalizava para uma completa "ruptura" entre a cidade existente e a que se pretendia construir.

"Na antiguidade a fundação duma cidade era uma solenidade religiosa e não se realizava antes de afirmarem os augures que os deuses eram propícios. Podemos fazer um paralelo: hoje é a inauguração dos estudos urbanísticos que pode ser considerada solenidade cívica, porque marca o início da vida urbana consciente e perfeitamente organizada.

Aproveito esta oportunidade, quando se iniciam os nossos trabalhos – dos primeiros e mais promissores no genero, que se fazem no paiz – para saudar nas pessôas de V. S. e dos membros do Conselho Consultivo a cidade de Campinas."¹⁴

Em suas considerações, o Urbanismo estava longe de resumir-se a um plano de ruas, tratava-se do entrelaçamento de todos os fatos e aspectos urbanos e municipais. O plano deveria ser compreensivo e abrangente, técnico, ou melhor "científico", pautado em pesquisas e estatísticas, "baseado em critérios precisos" e "orientado pela experiência estrangeira no que for cabível" – os exemplos por ele destacados são o americano e o alemão. Deveria ser também prático, buscando atender às possibilidades econômicas e legais, necessidades reais e aos desejos da população naquilo que for razoável. E, por fim, deveria visar um período de tempo de 20 a 50 anos para que se fizesse uma execução gradual das obras e justificasse as grandes previsões futuras, pois os planos não deveriam ser imediatistas e nem se deter em intervenções pontuais. Em relação aos desejos da população, Prestes discorda em parte de Anhaia, que considerava o survey (inquérito cívico) um ponto primordial; para ele o inquérito cívico e mesmo o técnico não devem determinar o plano e sim referenciar e esclarecer questões.

Durante o ano de 1935, prosseguiram-se os trabalhos de Prestes Maia, mas a não efetivação da Comissão de Urbanistas, criada pelo Decreto nº 11 de 1931, acaba por atrasar o plano. No dia 12 de agosto, o Decreto nº 135 cria uma nova Comissão de Urbanismo e é também divulgado pela imprensa local. O jornal *Correio Popular* de agosto de 1935 abre sua matéria enfatizando a necessidade de uma Comissão que auxilie no Plano da cidade, como havia indicado o "próprio técnico" (se referindo certamente a Anhaia) e evidenciado a "experiência estrangeira". O mesmo jornal, em matéria anterior, do dia 30 de julho, sob o título "Urbanismo", já havia apontado para tal necessidade com um tom irônico, pois no entender do articulista, essa Comissão deveria não apenas auxiliar na execução do futuro Plano, mas resolver problemas que se faziam urgentes e não poderiam "esperar pelo grande plano do ilustre Dr. Prestes Maia"; afirmava ainda que durante todas as administrações passadas a única que havia se preocupado com a remodelação da cidade fora a de Heitor Penteadado, que com a criação dos jardins demonstrava interesse "pelos adornos e adereços da Princesa d'Oeste, (...) a muito surrados e envelhecidos".¹⁵

Pouco tempo depois, em uma das reuniões com a Comissão de Urbanismo, que aconteciam duas vezes por mês, Prestes Maia expõe o esquema do Relatório de Urbanismo composto de três partes: Preliminares, Estudos (survey) e Plano de Urbanismo. O resultado final dessa exposição foi o relatório intitulado *Rascunho de Exposição Preliminar* e vem como anexo do Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1935; para ele, essa exposição não tinha caráter de projeto e nem de proposta formal; tinha, no entanto, um papel de plano preliminar para "constituir guia e referência para melhor coordenação daquelas manifestações das aspirações coletivas, que cabem à Comissão de Urbanismo".¹⁶



Baseando-se no novo modelo de influência norte-americana, o engenheiro arquiteto Luiz de Anhaia Mello, no início do século passado, defende a idéia de organização de um sistema completo de "Recreio Ativo"¹⁷ para todas as idades e classes da população. Uma importante palestra de Anhaia Mello intitulada "Urbanismo – O Recreio Ativo e Organizado das Cidades Modernas", realizada no Instituto de Engenharia de São Paulo no dia 11 de abril de 1929, exatamente o ano em que faz suas considerações sobre Campinas, é publicada na Revista do Instituto de Engenharia. Essa palestra tem grande significação teórica, expondo os conceitos por ele difundidos e a clara referência americana.

Citando Jaussely, autor do prefácio à versão francesa da obra de Raymond Unwin, *Town Planning in Practice*, Anhaia reitera os dois princípios diretores do urbanismo contemporâneo: 1º - Divisão e especialização de funções, e 2º - Restabelecimento do contato do homem urbano com a natureza, desenvolvendo (com base no segundo item) considerações detalhadas a respeito do conceito de Parques e Sistema de Recreio, suas origens, experiências e benefícios. Segundo ele, alguns urbanistas intentavam "levar a cidade para o campo" e outros "trazer o campo para a cidade"; os primeiros

seriam os partidários das cidades-jardins ou subúrbios-jardins, solução considerada ideal. No entanto, Anhaia Mello vê na segunda opção, "trazer o campo para a cidade" uma solução provisória e viável às grandes cidades industriais já consolidadas e a maneira de realizar este intento não é outro senão organizar um "sistema completo de Recreio Ativo para todas as idades e classes da população", tarefa destinada aos poderes públicos municipais, estaduais e federais.

Muito próximo aos conceitos apresentados posteriormente no Plano de Prestes Maia, o que indica uma certa sintonia de pensamento, Anhaia considerava os "espaços abertos urbanos" como sendo de duas espécies: uns privados ao redor das habitações e outros públicos para circulação ou recreio. A rua é o espaço público para circulação e o parque o espaço público para recreio, no ponto intermediário entre eles está o park-way ou pleasure-drive, destinados simultaneamente ao recreio e circulação.

O "sistema de recreio" deveria ser considerado da mesma maneira que o sistema de ruas, de distribuição de água, de transportes coletivos, etc., isto é, deveria haver "um plano lógico, ordenado, de distribuição, uso e ligação dessas áreas". Para que o sistema cumprisse seu papel, demandaria diferentes tipos de áreas verdes, com diferentes dimensões e características, buscando abranger toda a

cidade, os quais ele define como: playgrounds, play-lot ou kindergarten, para crianças até 5 anos de idade; neighborhood playground ou área de brinquedo distrital, para crianças de até 12 ou 14 anos de idade; playfield ou área de jogos organizados, para idades superiores a 14 anos; margens de rios e lagos ou praias; campos de golfe; campos de atletismo; acampamentos municipais; piscinas de vários tipos; clubes; teatros ao ar livre e outros; ovais, triângulos, círculos e mais "jardinetes centrais"; parques urbanos; grandes parques de periferia; parques exteriores e reservas florestais, estaduais e nacionais; áreas de paisagem dominante, mas de fins educativos: jardins botânicos e zoológicos; e, por fim, áreas de ligação dessas unidades: parkways e pleasure-drives.¹⁸

Certamente baseado nas idéias de Anhaia Mello, o prefeito Orosimbo Maia manda instalar, em 1929, um playground no Jardim da Praça Imprensa Fluminense (antigo Passeio Público), que é o primeiro no interior do estado. Em 1932, um segundo play-ground será instalado na Praça Corrêa de Lemos¹⁹, com piscina rasa, tobogan, diversas gangorras, balanças e caixas de areia; importando a quantia de Rs. 3:206\$700, os serviços foram executados pelo Instituto Profissional Bento Quirino.

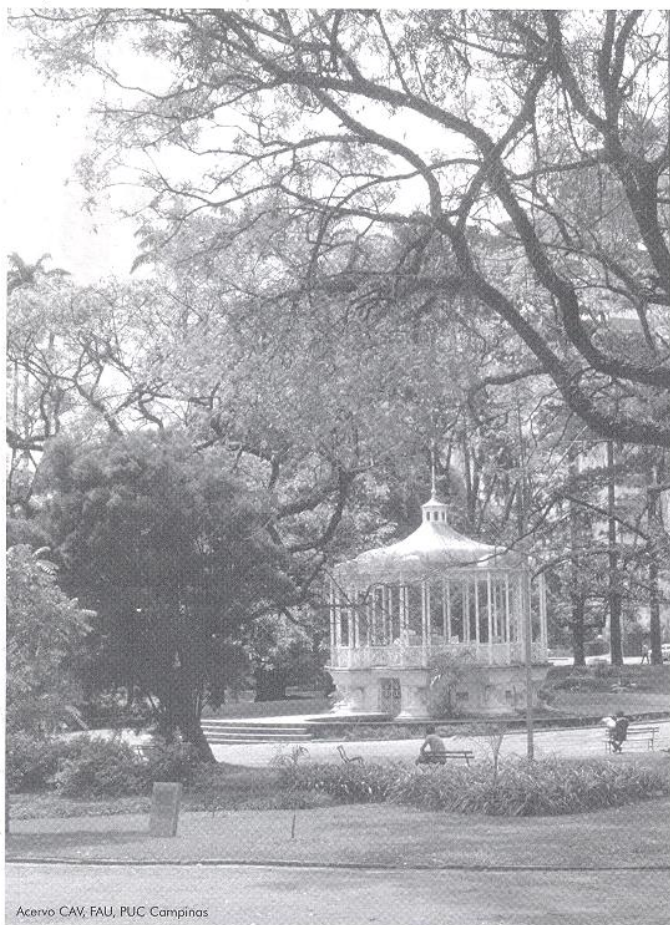
Os benefícios do "recreio ativo", desenvolvido nos diversos tipos de áreas verdes do sistema, estavam ligados tanto à saúde quanto à formação do caráter do cidadão. Para o adulto, recrear era refazer as energias e, para a criança, brincar era criar, estimulando o corpo e a mente. Citando Joseph Lee²⁰, Anhaia Mello diz ser o recreio "o grande antídoto da civilização". Com base nas experiências americanas, diz que o aumento dos playgrounds corresponde a uma diminuição sensível na delinqüência juvenil, portanto, "o bom recreio é o preventivo do mau cidadão";²¹ esse caráter civilizador das áreas verdes será uma constante nos discursos dos urbanistas modernos e também dos administradores das cidades em defesa desses espaços.

Portanto, a procura por especialistas para orientar as reformas dos jardins existentes na cidade de Campinas inicia-se antes mesmo do plano que Prestes Maia estava desenvolvendo. Há anos os prefeitos e os engenheiros da Repartição de Obras reclamavam por bons profissionais, dedicados exclusivamente à arte dos jardins. No Relatório dos trabalhos realizados durante o exercício de 1934, sob o título "Jardins e Bosques", vemos pela primeira vez a contratação de um arquiteto paisagista, Reynaldo Dierberger, chamado para fazer a reforma do Jardim Carlos Gomes. Passados quase trinta anos do projeto de Ramos de Azevedo (1912), era considerado antiquado e sua reforma visava principalmente a colocação de espécies de "melhor efeito ornamental". Em outra parte do Relatório, o engenheiro chefe da repartição de Obras e Viação dá maiores detalhes a respeito do trabalho desenvolvido nesse jardim, bem como os custos da obra, distribuídos entre a pavimentação com mosaico português, sarjeteamento, plantas ornamentais, jardineiros e ajudantes e administração.

"A Prefeitura contractou com o architecto paysagista Reynaldo Dierberger, a remodelação do Jardim da Praça Carlos Gomes, cujo traçado e systema de plantação pouco esthetico e antiquado estavam em desaccordo com a importancia da praça principal da cidade.

Foram supprimidos diversos trechos de ruas para augmentar a área dos grammados e assim conseguir maior realce para a ornamentação projectada. O jardim ficou com aspecto bastante agradável.

A reforma custou 28:527\$100."²²



Aervo CAV, FAU, PUC Campinas

Se em anos anteriores diminuía-se os canteiros para aumentar os passeios, agora aumentam-se os canteiros para realçar a cobertura vegetal através dos grandes gramados e espécies ornamentais, o que não significa uma busca por modelos ainda mais antigos, mas uma forma diferenciada de qualificar os espaços verdes. Há muito tempo desejava-se a reforma desse jardim, considerado o principal da cidade. Desde a última gestão de Orosimbo Maia, em fins da década de vinte, se falava em sua "modernização". Um ano antes da contratação do paisagista, o Departamento de Obras propõe a remodelação do mesmo, alegando ser seu traçado e sistema de plantação antiquado e sem estética, aproveitando para expor a necessidade de um jardineiro-chefe para ficar encarregado da fiscalização e direção técnica dos serviços. As referências sobre esse profissional, como podemos acompanhar pelos Relatórios do Departamento de Obras, são muito esporádicas, fazendo-nos supor que quando um jardineiro deixava o cargo, demorava-se muito tempo para que fosse feita outra contratação. No ano da contratação do paisagista Dierberger, outro profissional especializado será solicitado, não apenas para reformular o jardim, mas para "orientar, por um plano definido" todos os serviços de jardinagem e arborização da cidade, tanto para ruas como para "praças e bosques".²³

Por indicação da Diretoria de Parques e Jardins da Capital, foi contratado Otto Ortlepp, que, segundo o relatório do prefeito, era profissional "especializado no assunto" e de acordo com as possibilidades orçamentárias fazia com que prosseguisse de forma satisfatória a "conservação e melhoria" dos jardins e bosques. Contudo, o "plano de melhoramentos" e o novo significado das áreas verdes ganharão forma plena com as proposições do urbanista Francisco Prestes Maia. Em seu Plano Preliminar elaborado para Campinas, não apenas incentivará as modificações iniciadas nos jardins, como introduzirá novos modelos, reorganizando todos estes espaços da cidade e materializando, por fim, grande parte das idéias expressas por Anhaia Mello.

Os antigos jardins campineiros, pontualmente inseridos na malha urbana ao longo de quase cem anos, perderão certamente sua imponência diante de projetos de Parques de grande porte. No entanto, embora tímidos e ineficientes, tendo em vista um plano macro, serão parte dele, somando-se e integrando-se às novas áreas verdes que surgirão para formar o grande "sistema".

O primeiro item do chamado "Plano Prestes" foi dedicado à entrada da cidade, revelando a importância de se valorizar seu acesso, pois a entrada é a primeira impressão que o visitante tem da cidade; portanto, deve-se "procurar aspecto agradável e, se possível, mesmo um pouco monumental".²⁴ A perimetral externa, segundo item do plano, constituía um grande anel viário em torno da cidade, com fins bem definidos, tais como libertar do tráfego de travessia o centro já congestionado, facilitar a passagem para outras cidades permitindo manter a velocidade, ligar melhor os "arrabaldes" ou bairros entre si e, finalmente, "servir para passeio, maxime quando são tratados como 'park-ways'".²⁵ Para Prestes observar esses pontos era buscar soluções ao mesmo tempo econômicas, estéticas, higiênicas, de tráfego e de segurança.

O park-way foi por ele mesmo definido como: "avenida-parque, larga, bem arborizada e mesmo ajardinada"²⁶, devendo aproveitar os terrenos mais baixos, impróprios para a construção. Era desejável que a perimetral fosse sempre ampla, com boas rampas de circulação e grandes raios de curvatura, devendo satisfazer ao mínimo de 4 vias e passeios arborizados e, onde se tornar possível, manter 6 vias e passeios em grandes faixas gramadas e arborizadas.

O ponto forte de seu plano²⁷ era a circulação, propondo um esquema viário através de avenidas que traziam consigo o conceito de park-ways, isto é, avenidas que deveriam proporcionar um percurso agradável ao motorista em seu automóvel, pleasure-drive segundo Anhaia Mello, e também beneficiar, através do passeio arborizado, o pedestre. Os park-ways comporta-se-iam como verdadeiros parques lineares, facilitando também a ligação entre os grandes parques urbanos que estariam localizados nas margens externas da cidade.

As idéias de planejar o desenvolvimento e embelezamento da cidade, utilizando-se como estratégia grandes vias de circulação aliadas aos jardins e passeios públicos, têm, sobretudo, influência norte americana, tanto do movimento Civic Art, muito difundido pelo engenheiro arquiteto Anhaia Mello, como do City Beautiful. Uma das origens do City Beautiful é o Park Movement, liderado pelo arquiteto paisagista Frederick Law Olmsted nos Estados Unidos, na segunda metade do século dezanove. A especificidade está na idéia de Sistema, muito forte principalmente devido à postura de Olmsted de que a cidade deve ser estruturada pelos parques, isto é, parte-se do princípio de que o parque estrutura o desenho, define o traçado e indica os fluxos. Para ele, o City Beautiful se resume em quatro objetivos específicos: 1º - dimensão e forma das ruas; 2º - dimensão, tipologia dos edifícios e sua localização em relação recíproca com os espaços públicos; 3º - deslocamento das zonas sem edificar; 4º - tratamento de tais zonas sem edificar, eventual presença de ruas, caráter e distribuição dos objetos emergentes sobre elas, como árvores, postes de telégrafo, valas, etc.²⁸ Olmsted influenciou o desenho de várias cidades americanas através da inserção de parques em sua estrutura urbana; como exemplo destas cidades podemos citar Nova Iorque, Chicago e Boston, cidades que serão também citadas como exemplo no Plano de Prestes Maia para São Paulo e Campinas.

Dentro do conceito paisagístico de Olmsted estava o estabelecimento de sistemas de áreas verdes interligadas por avenidas-parques, isto é, park-ways, bem como a

preservação de vales e beira-rios, introduzindo o conceito de river-fronts, sea-fronts e lake-fronts, como no projeto do parque linear ao longo do Charles River.

Se observarmos atentamente os objetivos traçados pelo City Beautiful e por F. L. Olmsted, veremos o quanto se assemelham às propostas urbanísticas de Prestes Maia, sobretudo no que diz respeito à circulação, à monumentalidade e ao tratamento das áreas verdes como elementos estruturadores do desenho urbano. Certamente, Prestes Maia conhecia bem todas estas experiências e, em seu plano desenvolvido para São Paulo, apresenta como exemplo muitas dessas cidades americanas citadas e também experiências européias. O Plano de Avenidas, apesar do título sugerir uma preocupação ligada apenas à questão da circulação, consiste de uma proposta totalizadora na qual estrutura, função e imagem se unem buscando soluções para os problemas de uma metrópole emergente.

Assim como para a cidade de São Paulo, no plano preliminar para Campinas, um capítulo é destinado à reestruturação das áreas verdes e ao projeto de parques e suas formas de inserção na cidade, vindo logo após a exposição sobre a perimetral externa, por se tratar de áreas grandes e que

deveriam funcionar quase como cinturões verdes com um caráter mais abrangente do que os jardins pontuais, podendo ser considerados regionais. Para ele, esse era um ponto importante do urbanismo, e a necessidade de parques era pouco reconhecida, devido a uma "inércia" e "má educação" que nós, brasileiros, tínhamos em matéria de recreio e atividades esportivas. Os esportes, de maneira geral, no balanço feito pelo urbanista, aconteciam de maneira imprópria ao clima e às idades, as instalações eram precárias ou até mesmo nulas, não havia incentivos e exemplos, mas sim uma ausência total de atrativos, e preconceitos. Isto tudo porque desconhecíamos o que eram "parques completos". Diferentemente dos Jardins, os Parques relacionam-se com a cidade em uma nova dimensão que ultrapassa aquela do perímetro central, ganhando a cidade como um todo. Também revelaram um novo conceito de projeto de áreas verdes, além de um novo conceito de uso dessas áreas, difundindo a idéia de "recreio ativo" ligado tanto ao lazer, quanto à prática esportiva. Durante o século dezanove, a idéia de recreio também estava presente nos Jardins e Passeios Públicos, no entanto, não estavam ligados às práticas esportivas; costumava-se fazer passeios a pé por entre caminhos arborizados e piqueniques nos gramados e nas proximidades dos lagos ao som das bandas de música que tocavam nos coretos.

"Reduzidos a jardins públicos pequenos e sem graça, sem vegetação abundante, sem instalações, (que devem ser não apenas boas, mas ótimas e completas), sem as separações naturais, sem comodidades, sem atractivos, é natural que nossas

populações preferiram permanecer em casa ou frequentar cinemas asphyxiantes."²⁹

Não obstante a grande divulgação dos parques e das atividades esportivas feita por Anhaia Mello desde fins dos anos vinte, esses conceitos haviam se difundido praticamente apenas entre os profissionais da área e no ambiente acadêmico. Continuavam pouco conhecidos entre a população. No entanto, Prestes afirma que, sempre que se aproxima da orientação correta para esses espaços, o resultado aparece com sucesso, e ele exemplifica com a própria cidade de São Paulo, ou seja, com o "freqüentadíssimo" play-ground da Várzea do Carmo e as modernas instalações dos Clubes Esportivos como o Germania; sendo que o rush semanal para as praias demonstrava claramente o desejo da população por "recreio" ou lazer, e completa: "o recreio activo é um derivativo, hoje mais que nunca, indispensável às populações."³⁰

Contudo, apenas projetar e instalar parques e clubes não seria suficiente caso não houvesse um grande conhecimento de "psicologia popular" por parte dos profissionais especializados e da administração pública, e um trabalho de "educação gradual das massas".³¹ Havia a necessidade de informação por parte dos especialistas quanto aos benefícios de saúde física e moral que esses espaços proporcionavam, bem como sua maneira correta de utilização; desta maneira, os parques seriam bem aceitos e cada vez mais solicitados pela população, aumentando assim o coeficiente desejável de área verde projetada por habitante.

Em relação às experiências internacionais, diz ser um dos motivos de uma quase recusa em se fazer parques no Brasil a questão do coeficiente quantitativo, pois os parques estavam relacionados à densidade demográfica; portanto, a nossa era bem inferior à Europa, por exemplo. Por outro lado, resalta que devemos nos comparar às cidades americanas, que apesar da baixa densidade possuem altos coeficientes de parques. Desta maneira, justifica a necessidade de se aumentar o coeficiente campineiro. Embora os coeficientes americanos variassem entre 20 e 40m²/hab, as referências a serem seguidas deveriam ser as aconselhadas pelos "higienistas, urbanistas e autoridades municipais"³², devendo estar na faixa dos 20m²/hab.

Para o "urbanista" de Campinas, era de extrema necessidade aumentar o coeficiente de áreas verdes na cidade e isto se daria de três maneiras: através de playgrounds de quarteirão, principalmente em meio às habitações coletivas, jardins médios, localizados nas áreas residenciais, e grandes parques, que deveriam ser criados pelo poder público e destinados a grandes instalações, jogos coletivos, atividades para adultos e crianças, passeios de automóvel, escolas para deficientes mentais, etc. Desta forma, vemos que Prestes Maia inaugurava em Campinas o conceito, extremamente moderno, de Sistema de Áreas Verdes ou Sistema de Parques, permeando toda cidade e atendendo a todos os níveis de necessidade, transformando a cidade num grande parque, acentuando a fama campineira de cidade bem arborizada que irá vigorar até nossos dias. Diferentes tipos de áreas verdes e a arborização das ruas faziam com que o verde ultrapassasse a dimensão do jardim e atingisse toda cidade, transformando-a num grande jardim, ou melhor, num parque.

Propõe a criação de dois parques maiores, sendo um na Vila Industrial e outro no Taquaral, localizados um em cada extremo da cidade aproveitando áreas disponíveis. Para os parques de tipo médio propõe o, já existente, Bosque dos Jequitibás e o Parque do Saneamento, uma área localizada no final do Canal do Saneamento (atual Av. Orosimbo Maia), fruto do plano de Saturnino de Brito, que recentemente havia sido alargado, retificado e arborizado.

O Parque da Vila Industrial visava aproveitar uma área inadequada à construção, com um relevo de declive acentuado, quase um vale, mas que por seu aspecto "pitoresco", era apropriada a parque. Contudo a má qualidade do terreno era um inconveniente de ordem técnica a ser enfrentado, pois a composição do solo era arenítica e de pouca fertilidade. No entanto, para o urbanista, esse não era um problema tão grave e poderia ser solucionado

já que havia água em abundância no pequeno vale, sendo possível também se fazer irrigação permanente por meio de canaletas e drenos. Além disso, são apresentadas uma série de outras intervenções que fariam possível a utilização do local para o fim desejado tais como: a criação de uma vegetação parcial, reservando áreas para esportes e demais instalações, a vegetação poderia "inspirar-se na flora dos campos e em espécies pouco exigentes", o lixo municipal poderia ser utilizado para auxiliar na fertilização e, finalmente, no caso de árvores maiores e isoladas poderiam ser feitas "boas cavas em terra fértil".

Fazer o parque ali resolveria inclusive o problema das boçorocas³³ locais, pois a vegetação conteria os deslizamentos de terra. Os estudos preliminares feitos para Campinas fizeram com que o urbanista desse especial atenção a alguns aspectos, segundo ele, considerados secundários para muitos, mas relevantes ao urbanismo, como é o caso dos solos e da vegetação regional. E afirma que "baseado nisso e mais na prática e na observação de 20 anos de jardinagem em São Paulo (parques da Avenida Independência, bosque do Museu, mata da Água Funda, etc.)"³⁴, julgava praticável a construção do bosque na área em questão.

Foram estipuladas duas entradas principais para o Parque, sendo uma pela rua João Jorge, a principal, "a ser tratada com certa monumentalidade"³⁵, e outra pela rua Sales de Oliveira, travessa curva que levava ao curtume e mais à frente chegava ao túnel de pedestres da Estrada de Ferro Paulista. Um pequeno represamento do córrego existente proporcionaria um "laguinho atraente". O Matadouro (projetado por Ramos de Azevedo em 1881), que se encontrava muito próximo, deveria ser transferido para perto do aterro da Cia Sorocabana, e o prédio que ali ficaria poderia ser usado temporariamente como abrigo e ginásio provisório.

Para ele era também essencial preservar a margem direita do parque, divisa com a rua Sales de Oliveira, criando uma "cortina verde". Por estar próximo a fábricas e bairros populosos e em desenvolvimento (bairros operários), o parque teria futuramente

grande valor urbanístico, de saúde e bem estar da população.

Quanto ao caráter formal e estético do parque, diz o seguinte: "Este parque, como o do Taquaral, teria carácter de bosque e não de jardim. Mais fácil portanto de executar e mais pittoresco."³⁶

Manter os Parques com caráter de bosque significava aproveitar a vegetação existente sem muita derrubada de árvores, elaborar caminhos mais estreitos, quase como trilhas por entre as árvores, e, provavelmente, apenas a área envoltória dos lagos seria mais aberta. O conceito do pittoresco, originalmente pinturesco, utilizando-se de uma vegetação mais densa na busca de um aspecto mais rústico, de uma natureza pouco manipulada pela mão do homem, diferentemente dos jardins com alamedas largas e grandes canteiros gramados, elegia um modelo estético, além de confirmar a possibilidade de execução daqueles espaços.

O Parque do Taquaral possuía o diferencial de um lago central, podendo atingir até 1Km de extensão, "ótimo para recreio e esporte". A represa seria obtida através da construção de um dique de terra na lateral da estrada para Mogi, onde seriam construídas alamedas e instalações, e, fazendo-se um reflorestamento na faixa de divisa com a estrada, teríamos novamente a "cortina verde isolante". Este parque seria de execução mais fácil do que o da Vila Industrial, por se tratar de uma área com farta vegetação e solo mais apropriado. Próximo à estrada para a cidade de Mogi Mirim e outras cidades vizinhas, alcançaria rapidamente um caráter regional.

A proximidade dos dois Parques em relação à área urbana, um de cada lado da cidade, era vista como uma grande vantagem destes espaços, podendo-se chegar a eles até mesmo a pé. Os parques médios também seriam dois, um já existente e outro a ser projetado. O primeiro, já pronto e em franca utilização, seria o Bosque dos Jequitibás, que se manteria de porte médio por dois motivos: o alto preço para ampliá-lo, pois estava em meio a um bairro residencial consolidado, e a dificuldade de receber instalações esportivas sem prejudicar a vegetação. O Bosque nesse momento já desenvolvia atividades diferenciadas ligadas ao lazer, possuía um restaurante, vários animais, formando um pequeno zoológico, e freqüentes apresentações musicais

no coreto. Reconhecê-lo como parque demandaria uma constante adequação de seus equipamentos, já que a preocupação em formar uma farta vegetação não seria necessária.

O segundo parque seria o Parque do Saneamento, a ser projetado no final do canal do Saneamento, utilizando-se da área chamada de "filtros do saneamento". Esse parque não será descrito por Prestes Maia, mas sua área será contada junto às demais áreas verdes.

As obras do canal do saneamento se estendiam desde 1896, quando Saturnino de Brito propôs a construção do canal aberto. Em 1918, na prefeitura de Heitor Penteado, procederam-se alguns melhoramentos no local, prolongando a Avenida Marginal ou Avenida do Saneamento (atual Av. Orosimbo Maia), implicando em algumas desapropriações (trecho entre as ruas Major Sólon e D. Libânia). Nesse ano, também se reiniciaram os trabalhos de sarjeteamento, macadamização, iluminação e arborização de toda a extensão da avenida. A arborização foi feita com mudas de alecrins distanciadas em 13m umas das outras e para a iluminação centralizada, postes ornamentados.³⁷ Como a cidade crescia naquela direção e havia ainda área disponível no fim do canal, a proposta de Prestes para a criação do parque traria grandes melhoramentos à região, além de legitimar a Avenida do Saneamento como uma importante via de ligação ao novo espaço público, agindo como uma verdadeira park-way, confirmando a proposta de passeio linear vislumbrada anos antes pelo engenheiro Saturnino de Brito.

Campinas possuía naquele momento uma metragem de 216.054m² de áreas verdes incluindo as ruas envoltórias, segundo as estatísticas levantadas pelo urbanista. Somando-se as novas áreas projetadas, obtinha-se um coeficiente considerado alto em relação ao número de habitantes (pouco mais de 70.000). Todavia, os grandes parques deveriam ter uma abrangência regional; além de serem projetados para o futuro, portanto considerando o aumento da população. O tempo estimado para consolidação desses espaços era de 10 a 20 anos, podendo a população atingir por volta de 200.000 habitantes, número que será utilizado para os cálculos feitos por Prestes. Fixando a cifra de 13m² por habitante, as áreas a serem projetadas deveriam somar um total de 2.000.000m² assim distribuídos:

Parque Vila Industrial	1.200.000m ²
Parque do Taquaral	700.000m ²
Parque do Saneamento (parcial)	100.000m ²
	2.000.000m²

A conclusão seria a de um número em nada excessivo, mas aceitável, mesmo que considerada uma cifra ainda abaixo do recomendável. E o recomendável para ele era ao menos os coeficientes norte-americanos, que eram de 20m²/hab. Contudo, aconselha que as transformações sejam iniciadas pelos parques médios e jardins de bairros, ou os playgrounds. Segundo seus levantamentos estatísticos, a quantidade de áreas verdes em Campinas até 1935 (216.054m²) estava distribuída da seguinte maneira:

PARQUES E JARDINS DE CAMPINAS³⁸

(Cifras aproximativas)

Luiz de Camões.....	5.929
Corrêa de Mello ³⁹	6.776
Praça do Pará.....	11.550
Praça Pedro II ⁴⁰	16.800
Praça Carlos Gomes	16.800
Praça XV de Novembro	7.250
Praça Andorinhas	600
Praça Corrêa de Lemos	4.000
Praça Ramos de Azevedo ⁴¹	1.350
Praça Imprensa Fluminense ⁴²	12.870
Triângulo da Av. Itapura	500
Triângulo da rua Antônio Cesarino	900
Praça Bento Quirino ⁴³	2.420
Bosque dos Jequitibás	94.349
Mercado ⁴⁴	5.600
Jardim Chapadão ⁴⁵	13.020
Jardim em S. Bernardo*.....	10.450
Jardim na rua Joaquim Villac* (arruamento novo)	3.840
Vila Marieta*.....	1.050

* Estavam apenas reservados os terrenos.

Em outra breve estatística, Prestes Maia compara os coeficientes de áreas verdes de algumas cidades européias e americanas com São Paulo e Campinas, relacionando a metragem quadrada de áreas verdes por número de habitantes. Esse método de analisar comparativamente as áreas verdes de Campinas com outros países, utilizando também no Plano realizado para São Paulo, é uma forma de igualar as cidades brasileiras aos bons exemplos estrangeiros, e demonstrar isso estatisticamente era também uma forma de convencer que o que estava sendo proposto era realmente bom e necessário.

ÁREAS LIVRES⁴⁶

ESTATÍSTICA DE ALGUMAS CIDADES

A -	Barmen	14,5m ² /hab.
	Bonn	16,0
	Breslau	10,8
	Cassel	14,3
	Görlitz	12,2
	Magderburg	22,3
	Düsseldorf.....	17,0
B -	A cidade americana considerada normal	20,0
	A cidade ideal (Lay)	60,0
	Boston (c/ parques externos)	90,0
	Boston (sem/ parques externos)	20,0
	Washington	40,0
	Indianapolis	28,0
C -	Viena.....	25,0
	Paris	7,3
	Buenos Aires (plano)	30,0
D -	São Paulo, 1911.....	0,7
	São Paulo, 1935 (com Ibirapuera e Água Branca)	8,0
	Campinas, atual	3,0
	Campinas, proposto	13,0

Com base na tabela acima, São Paulo aparece com um coeficiente de 8m² de área verde por habitante, incluindo dois parques que ainda estavam em formação; já Campinas, com a proposta de criação dos parques da Vila Industrial, Taquaral e Saneamento, resultaria num coeficiente de 13m² por habitante, isto é, bem superior à capital do estado e bem mais próximo do considerado normal nas cidades americanas.

Após os parques médios e grandes, uma outra maneira de inserir áreas verdes na cidade era o playground destinado principalmente às áreas residenciais. Para isso, certamente seriam aproveitadas áreas disponíveis nos bairros e jardins já existentes, como o caso da Praça Imprensa Fluminense, antigo Passeio Público, que havia sido transformada em Parque Infantil pela instalação de um playground e estava localizada num bairro praticamente todo residencial. Prestes Maia faz uma proposta inovadora para as novas áreas residenciais, chamadas de unidades residenciais ou "neighborhood", que consistiam em grupos completos e auto-suficientes de habitação, com comércio e serviços locais a serem construídos nos vazios ainda não arruados, localizados entre as radiais e as perimetrais. No caso de uma unidade crescer, a solução era formar uma nova unidade.

Esse modelo permitia uma "especialização de ruas" evitando o tráfego mais intenso e perigoso no interior dos núcleos residenciais, pois este se daria nas radiais e perimetrais onde estariam localizados os serviços e o comércio. Apenas as escolas estariam localizadas no centro e em posição equidistante das unidades residenciais, devendo ter acesso fácil para as crianças, passando praticamente apenas pelos jardins centrais sem atravessar ruas de muito trânsito. Prestes compara as unidades com cidades jardins invertidas, pois a zona residencial estaria no centro e o comércio no perímetro, ao passo que nas cidades-jardins ocorria o inverso.

A parte central das unidades, composta por áreas ajardinadas e equipadas com playgrounds, formaria uma grande faixa verde com ruas apenas locais. Essa solução faria com que as casas, implantadas em lotes estreitos e compridos, voltassem suas fachadas para os jardins, deixando as costas para a rua dando acesso às garagens e entradas de serviços. As quadras longas seriam cortadas quando necessário por vielas de pedestres, dando acesso ao interior dos núcleos. Os "cul-de-sacs" eram uma proposta a ser considerada sempre que possível, por seu efeito estético e acolhedor, limitando também o acesso à rua apenas aos moradores. Prestes Maia chega a esboçar essas neighborhoods em desenhos infelizmente não encontrados.

O fato de não fazer nenhuma proposta para os jardins já existentes não significava que os estava desconsiderando, do contrário não contariam nas estatísticas. A questão é que esses espaços estavam já consolidados e localizados em sua grande maioria na área central, correspondente ao que podemos chamar de centro tradicional, onde o Plano não previa muitas alterações por ser considerado de difícil intervenção, pois os focos problemáticos estavam diluídos, não permitindo uma ação geral e completa. As áreas verdes propostas pelo plano eram ainda inexistentes e em áreas de expansão da cidade. Os jardins centrais seriam interligados por avenidas, geralmente arborizadas, e serviriam como verdadeiros refúgios em meio ao adensamento construído, sobretudo após a efetivação do plano que aumentaria consideravelmente os gabaritos de altura nesta região. Apenas a tradicional Praça Visconde de Indaiatuba, mais conhecida como Largo do Rosário pela presença da igreja de mesmo nome, deixaria de ser um Jardim para se transformar em uma praça cívica por se encontrar na junção de duas "avenidas centrais" projetadas por Prestes Maia.

Sua intervenção mais importante proposta para o centro da cidade era a abertura de duas avenidas centrais, perpendiculares, que agiriam como grandes eixos monumentais, estruturando e organizando o sistema viário naquela área. O encontro das duas avenidas formaria um espaço público que se configuraria em uma praça cívica. No caso de um centro já consolidado, as avenidas centrais seriam formadas pelo alargamento de duas ruas existentes, as ruas Campos Salles e Francisco Glicério, uma transversal à outra. A rua Campos Salles se tornaria um eixo de ligação entre o que Prestes Maia chama de centro principal, a Praça Visconde de Indaiatuba, e o centro secundário, a Estação Ferroviária. A segunda avenida, Francisco Glicério, seria um "living-room", ligando as duas principais praças, Visconde de Indaiatuba e Catedral. Essa avenida não teria muitos problemas para ser alargada e conduziria facilmente à avenida do Saneamento e iria também revigorar a região da Praça Bento Quirino (Largo do Carmo), "centro velho" da cidade.

O único inconveniente para que a Praça Visconde de Indaiatuba se colocasse numa posição ideal em relação às duas avenidas era a Igreja do Rosário, problema que poderia ser solucionado com a demolição da igreja. Justificando a demolição da igreja, Prestes Maia diz ser sua tradição secundária e seu valor artístico e arquitetônico irrelevante e poupá-la dificultaria a formação da única praça que poderia se configurar como centro cívico da cidade. Também devido ao caráter cívico que se buscava para configurar o novo centro, não lhe agradava a idéia de reconstruir a igreja no centro da mesma praça como edifício principal, pois este papel caberia a um edifício público como o Paço ou o Fórum⁴⁷; a praça cívica não deveria estar ligada a valores religiosos.

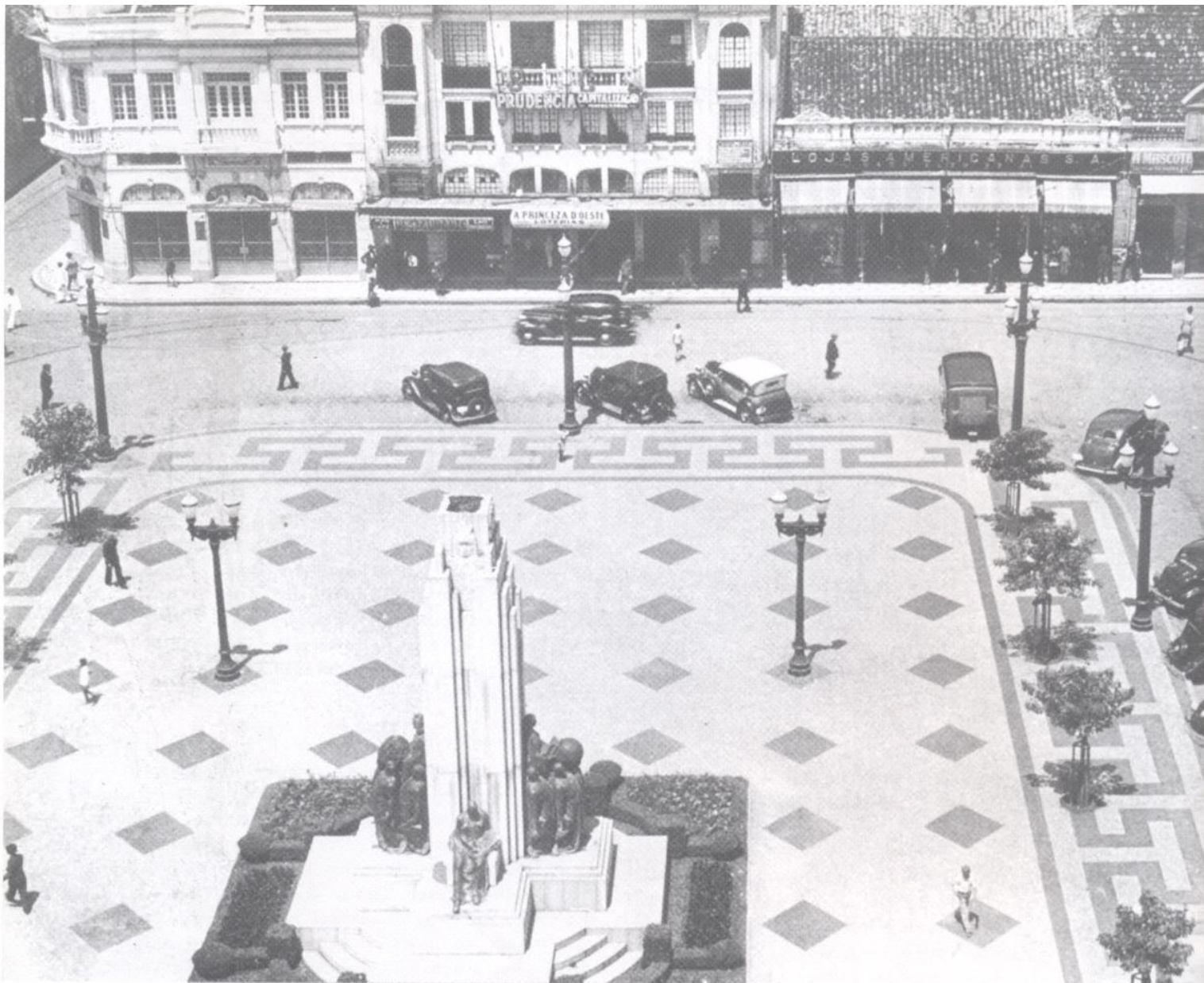
A Praça Visconde de Indaiatuba já vinha sendo alterada desde o início da década de trinta, com a retirada de algumas árvores e diminuição dos canteiros muitas vezes em função do aumento da largura das ruas laterais (General Osório e Campos Salles), que se costumava usar para estacionamento de veículos. Em 1933, o tradicional jardim deixou de existir por completo, quando por ordem do prefeito Alberto Cerqueira Lima todas as árvores foram derrubadas durante a noite. A justificativa era a de evitar a permanência de "desocupados" no centro da cidade. No entanto, a derrubada provocou grande reação popular também por existirem várias Preguiças vivendo naquelas árvores. O antigo local dos canteiros foi preenchido com mosaico português em desenhos de estilo art nouveau e, no ano seguinte, foi inaugurado no centro da praça o monumento a Campos Salles de autoria do artista

Iolando Mallozi, sendo o antigo chafariz removido para o Largo do Pará. Em 1935, uma nova reforma modificou o desenho do piso para motivos geométricos. Também foram plantadas árvores no alinhamento das ruas General Osório e Campos Salles e construído um pequeno canteiro quadrado em torno do monumento.

Antes da formação do jardim nessa praça (1895), sua característica foi a de múltiplo uso, sendo também o espaço central preferido para as manifestações populares, como em 1890, quando se realizou um grande comício popular contra a intendência e o delegado de higiene (Dr. Antenor Guimarães) pela declaração oficial da epidemia de febre amarela na cidade. Talvez essa tenha sido uma das principais razões pela qual esse local tenha sido escolhido para simbolizar as reformas sanitárias através da construção do jardim. A proposta de Prestes seria talvez a oficial retomada do centro cívico que se confirmou através dos anos que se seguiram.

Em 1935, Prestes Maia vê nesta praça, a qual ele chama de "coração da cidade", a possibilidade de formar uma praça cívica, retirando definitivamente a conotação religiosa através da efetiva demolição da igreja e confirmando o centro principal neste local e não mais na região em torno do antigo Largo da Matriz Velha (Praça Bento Quirino). Propõe, assim, a construção do Paço Municipal no centro da Praça Cívica e do Fórum no largo onde se localizava a igreja, formando uma praça à frente de cada edifício cortada pela avenida central - Francisco Glicério - e ladeada pela outra avenida central - Campos Salles⁴⁸. De fato, essas transformações foram iniciadas logo em seguida com a construção do Fórum, mesmo sem a polêmica demolição da igreja, que só se deu na década de 1960.

Por essas diferentes propostas de Prestes para os espaços públicos e as áreas verdes de Campinas, o Plano adquire uma característica totalizadora, abrangendo as áreas que ele imaginava serem as mais importantes. Sobretudo, elas possuíam um caráter inovador que muito contribuiu na transformação do desenho e da paisagem urbana campineira, construindo realmente uma cidade completamente distinta da anterior. Concluindo suas orientações a respeito das áreas verdes de Campinas, Prestes Maia faz a seguinte afirmação: "Pessoalmente acho mesmo que as nossas cidades do interior podem se notabilizar muito mais pelos seus parques e por certas outras instituições que por suas avenidas, praças e edifícios centrais, campo em que nunca poderão lutar com a grandiosidade das grandes capitais."⁴⁹



Largo do Rosário

V8, Centro de Memória da UNICAMP



É claro seu posicionamento em relação à Campinas como uma cidade que jamais poderia ser tão monumental quanto ele desejava que fosse a capital, São Paulo. No entanto, com um mesmo rigor técnico, artístico, teórico e conceitual, ele propõe este "plano preliminar" para a cidade, apresentando-lhe o que existia de mais moderno naquela nova disciplina chamada Urbanismo. Sua contribuição no que se refere ao movimento de formação de jardins em Campinas, iniciado em meados do século dezenove, fecha um ciclo de rupturas e desenvolvimento destas áreas, que marcarão o traçado da cidade até os dias atuais.

Siomara Barbosa Stroppa de Lima

Arquiteta e Urbanista pela FAU/PUC-Campinas, Mestre pela FAU/PUC-Campinas, linha de pesquisa História do Pensamento Urbanístico e Pesquisadora no Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de Ouro Fino.
 sslima@bestway.com.br

N O T A S

1 O vereador era médico formado pela Faculdade de Medicina de São Paulo e se transferiu para Campinas em 1922 exercendo oftalmologia por sete anos, retornando, em seguida, para São Paulo. Naquela cidade havia conhecido Anhaia Mello, professor da Escola Politécnica desde 1926, e, de volta a Campinas, tornou-se vereador, trazendo consigo as influências do urbanista. Ver: Antonio da Costa Santos. **Compra e Venda de Terra e Água e um Tombamento na Primeira Sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí 1732 - 1992**, tese de doutoramento: FAU/SP, São Paulo, dezembro, 1998.

2 Discurso proferido em 29 de maio de 1929, Livro de Atas da Câmara Municipal de Campinas de 1929 - fls 83-v. Apud. Antonio da Costa Santos, *op. cit.*, p. 180.

3 Idem.

4 Ver: Antonio da Costa Santos, *op. cit.*, p. 182.

5 Orosimbo Maia. **Relatório Municipal**, 1929, p. 5. Apud. Ricardo de Souza Campos Badaró. **O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas (1934-1962)**, Dissertação de Mestrado, São Carlos: EESC/USP, 1986, p. 39.

6 Segundo Anhaia Mello em seu relatório para Campinas, as "bases fundamentais para urbanização" enumeradas por ele seguem a orientação do urbanista americano Jacob Crane Júnior, o qual havia sido consultor do Plano Regional de Chicago entre outras cidades americanas.

7 Luiz Anhaia Mello, "O Master Plan", in Prefeitura Municipal de Campinas, **Decretos e Atos promulgados durante o ano de 1931**, Campinas: Typ. da Casa Genoud, 1932, p. 15.

8 Idem, p. 17, 18.

9 O engenheiro Carlos W. Stevenson (1869-1946) era maranhense, estudou engenharia civil no Rio de Janeiro e veio para Campinas trabalhar no Ramal Férreo Campineiro, ingressando mais tarde como engenheiro residente na Companhia Mogiana, sendo nomeado Chefe de Locomoção desta estrada em 1897, exercendo o cargo até 1908. Foi para o Rio de Janeiro em 1912 e voltou a Campinas em 1918 para ocupar o mesmo cargo até 1926, quando por enfermidade foi aposentado, voltando algum tempo depois para trabalhar como Consultor Técnico da Cia Mogiana da Rede Sul-Mineira e do Governo do Estado de São Paulo. Escreveu alguns livros referentes à engenharia ferroviária, mas se notabilizou pela conferência sobre urbanismo proferida no Rotary Clube campineiro. Foi presidente da Maternidade de Campinas, do Centro de Ciências, Letras e Artes e fundador da Associação dos Engenheiros de Campinas. Ver: **Carlos William Stevenson - Traços biográficos do ilustre engenheiro, ao ensejo do centenário do seu nascimento, que transcorre a 16 de outubro de 1969**. Iniciativa do Rotary Clube de Campinas - Sul, Academia Campinense de Letras.

10 Carlos W. Stevenson. **Conferência à cerca do Urbanismo na Cidade de Campinas**, Rotary Club de Campinas, Campinas: Linotypia da Casa Genoud, 17/11/1933, p. 3.

11 Idem, pp. 7, 8.

12 Francisco Prestes Maia (1896-1965) entrou para a Escola Politécnica de São Paulo em 1912, diplomando-se engenheiro-

arquiteto e civil em 1917. Em 1918, abriu seu próprio escritório e entrou para a Diretoria de Obras Públicas da Secretaria de Viação e Obras Públicas da Prefeitura de São Paulo. Lecionou a disciplina Desenho Geométrico e à Mão Livre no curso preliminar da Escola Politécnica em 1924 e 1925 e as disciplinas **Desenho Arquitetônico e Esboço do Natural e Desenho de Perspectiva em 1926**, todas como professor interino, sendo efetivado em abril de 1927, ficando no cargo até 1938, quando um decreto-lei de 1937 proibiu a acumulação de funções e cargos no serviço público. Assim, optou por seu cargo na Secretaria de Obras e, em 1930, recebeu a encomenda do prefeito José Pires do Rio para realizar o chamado **Plano de Avenidas de São Paulo**. Com Anhaia Mello fundou em 25 de janeiro de 1935 a **Sociedade Amigos da Cidade de São Paulo**. Quanto ao plano da cidade de São Paulo, vemos que sua viabilização estava ocorrendo concomitantemente às discussões para Campinas, sendo que a oficialização de uma comissão para o plano da cidade já havia ocorrido em Campinas no ano de 1931 e refeita em 1935, isto é, antes mesmo da capital do estado. Sobre a biografia de Prestes Maia, ver: Sylvia Ficher, *op. cit.*, pp. 257 - 278.

13 Ricardo de Souza Campos Badaró. **O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas (1934-1962)**, Dissertação de Mestrado, São Carlos: FAU/USP, 1986, p. 3.

14 *Idem*, p. 89.

15 *Correio Popular*, Campinas, 30/7/1935.

16 Francisco Prestes Maia. "Relatório do Dr. Francisco Prestes Maia - Rascunho de Exposição Preliminar", in **Relatório dos trabalhos realizados pela prefeitura de Campinas durante o exercício de 1935 - apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Dr. João Alves dos Santos**, Campinas: Linotypia da Casa Genoud Ltda, 1938, p. 69.

17 Luiz de Anhaia Mello. "Urbanismo - o Recreio Activo e Organizado das Cidades Modernas", in **Revista do Instituto de Engenharia**, vol. 10, nº 47, São Paulo, abril, 1929, p. 146.

18 *Idem*, p. 148.

19 A Praça Corrêa de Lemos foi a primeira área verde a ser projetada em bairro estritamente residencial. Localizada na Vila Industrial, foi formada em 1906 pela iniciativa particular liderada pelo morador do bairro cujo nome foi dado à praça como homenagem.

20 Segundo Anhaia Mello, Joseph Lee é o "pai" do **playground**. Luiz de Anhaia Mello. *op. cit.*, p. 149.

21 *Idem*, p. 150.

22 Prefeitura Municipal de Campinas. **Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura Municipal de Campinas durante o exercício de 1934**- Anexo n.2, *op. cit.*, p. 80.

23 *Idem*, p. 81.

24 Francisco Prestes Maia. *op. cit.*, p. 70.

25 *Idem*, p. 72.

26 *Ibidem*, p. 73.

27 Chamado por ele de plano material, no tocante a obras construtivas.

28 Frederick Law Olmsted. "The Limits of City Beautification", in **The American City**, Vol. II, 1910, p. 209. Apud. Mario Manieri Elia. "El Movimiento City Beautiful - Washington", in **La Ciudad Americana**, Barcelona: G. G., 1975, p. 61.

29 Francisco Prestes Maia. *op. cit.*, p. 74.

30 *Idem*.

31 *Idem*, *Ibidem*.

32 *Ibidem*, *Ibidem*, p. 75.

33 Boçoroca: fendas cavadas no chão por ação de enxurradas.

34 Francisco Prestes Maia. *op. cit.*, p. 77.

35 *Idem*, p. 76.

36 *Idem*, *Ibidem*.

37 Havia também uma preocupação com as construções que deveriam ser feitas ao longo da avenida para que não prejudicassem as obras de embelezamento e a estética da nova via pública. O engenheiro da prefeitura sugere em seu relatório um recuo de ao menos 5m do alinhamento para futuras edificações. Câmara Municipal de Campinas, **Relatório dos Trabalhos realizados pela Prefeitura de Campinas durante o exercício de 1918, apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Dr. Heitor Penteado**, Campinas: Typ. Livro Azul, 1919, pp. 39, 40.

38 Francisco Prestes Maia, *op. cit.*, p. 91.

39 A Praça Corrêa de Mello corresponde à área fronteira ao Mercado Municipal, ajardinada desde fins do século XIX.

40 Largo São Benedito.

41 Pequena praça ajardinada, localizada em frente à Estação Ferroviária da Cia Paulista.

42 Antigo Passeio Público.

43 Largo do Carmo, antigo Largo da Matriz Velha.

44 Praça do Mercado Municipal (1908) que havia sido ajardinada.

45 Novo loteamento para bairro residencial.

46 Francisco Prestes Maia. *op. cit.*, p. 92.

47 *Idem*, p. 112.

48 Um elemento interessante sugerido no plano de remodelação da área central é a construção de galerias nas laterais da Praça Visconde de Indaiatuba que seriam passagens cobertas facilitando a espera de bondes e protegendo o transeunte das intempéries. Essas galerias poderiam vir desde a Praça da Estação até o centro da cidade, formando uma grande linha coberta para a circulação de pedestres.

49 *Idem*, *Ibidem*, pp. 80, 81.